

Centros artísticos de cultura popular: o popular como consciência e renovação cultural

*Marinilse Netto**

Resumo

O presente artigo aborda o projeto Centros Artísticos de Cultura Popular, desenvolvido no município de Chapecó, Santa Catarina. Criado durante a administração da Frente Popular (1997-2004), tem em sua origem as concepções que orientavam os Centros Populares de Cultura – CPC, construídos no Brasil dos anos 1950 a 1960, que concebiam a arte como espaços de engajamento político na construção da cultura nacional-popular. Como uma política pública gerada na área da cultura, tem na Secretaria da Educação o suporte teórico para as atividades artísticas geradas como instrumento de conscientização. As informações analisadas advêm da pesquisa de documentos oficiais do acervo da Prefeitura Municipal de Chapécó e foram interpretadas através da técnica da Análise de Conteúdo. Na especificidade de um governo da “Frente Popular” a própria noção de ‘popular’ é instrumentalizada. Visando levar consciência às massas os CACP’s se constituiu como projeto central da cultura naquele período.

Palavras-chave: cultura, cultura popular, conscientização.

Considerações Iniciais

Este artigo é parte da dissertação de Mestrado intitulada “Centros Artísticos de Cultura Popular: As Interrelações entre Educação e Cultura no Governo da Frente Popular em Chapecó (1997-2004)”, apresentada no Programa Mestrado em Educação da UNOESC-Joaçaba. O objetivo da pesquisa foi fazer uma análise do Projeto Centros Artísticos de Cultura Popular, desenvolvido durante a gestão da Frente Popular, no município de Chapecó durante o período de 1999 a 2004, buscando apreender as relações estabelecidas nesse com a proposta educacional construída na administração popular. Neste trabalho se projetam dois campos – a educação e a cultura – tratando-se de um estudo que tem como foco uma proposta cultural, desenvolvida no âmbito da política pública com concepções educativas.

Nessa concepção, a noção de *popular* ganha sentido como instrumento de consciência às massas, projetadas na metodologia histórico-crítica, que tem Paulo Freire como precursor de um processo dialógico e crítico. Para o educador “A concepção de liberdade [...] é a matriz que dá sentido a uma educação que não pode ser efetiva e eficaz senão na medida em que os educandos nela tomem parte de maneira livre e crítica” (FREIRE, 2005, p.59).

A área cultural desenvolvida nessa esfera tem por pretensões conceber e disseminar o ideário político de consciência popular, proposto pela administração pública através de atividades artísticas (dança, teatro e música) desenvolvidas em diversos locais no município de Chapecó, pelos Centros Artísticos de Cultura Popular. Percebemos que a administração popular buscou inspiração nos CPC’s – Centros Populares de Cultura dos anos 1960, imprimindo no município uma forma própria de administração política, comprometida com os ideais de representatividade da classe trabalhadora, oprimida, contrariando uma situação de hegemonia colocada pela política desenvolvida até então.

O exercício de reflexão proposto na pesquisa já citada encontra motivação pessoal na medida em que, encorajada em pensar a cultura local como espaço plural e multifacetado, construído a partir do encontro (e desencontro) de grupos étnicos, indígenas, caboclos (brasileiros), de colonos (alemães, poloneses e italianos) e de 'estrangeiros' construiu outras significações culturais para esse espaço, que não somente a de 'cultura do trabalho'. Motivações estas que foram reforçadas com a atuação profissional junto à área da cultura do município no período de 2002 a 2004, quando da coordenação do projeto Centros Artísticos de Cultura Popular.

Percurso da Pesquisa

Desde a escolha do tema, conforme as motivações já abordadas, seguiu-se um percurso de investigação desenhado a partir dos seguintes momentos: a) revisão de literatura ; b) coleta e classificação de materiais e, c) análise dos documentos selecionados, mediante a técnica de Análise de Conteúdo.

O processo de trabalho com os documentos ocorreu em três etapas: a) seleção de documentos que pudessem estar relacionados com a área da cultura; b) classificação dos documentos de acordo com sua pertinência aos objetivos da pesquisa: esse processo levou-nos a classificar os documentos em "centrais", que constituiriam efetivamente o corpus de análise, e documentos "complementares", que não foram submetidos diretamente à análise, mas foram importante apoio para o trabalho com o *corpus* da pesquisa; c) análise dos documentos: para a qual utilizamo-nos da técnica da Análise de Conteúdo.

Empregada originalmente em pesquisas sobre o conteúdo de jornais, a técnica de análise de conteúdo – AC¹ – foi utilizada, primeiramente, em investigações sobre opinião pública e propaganda, posteriormente, passou também a ser usada para identificar características do conteúdo de obras literárias, didáticas e científicas, em campos como a sociologia e a psicologia. É hoje

uma das técnicas mais comuns nas investigações empíricas desenvolvidas nas áreas das ciências humanas e sociais.

Aplicada como instrumento metodológico em discursos diversificados, a AC consiste no tratamento de mensagens ou falas significativas como forma de reflexão qualitativa do conteúdo. A característica qualitativa se dá pela análise das categorias como reflexão dos núcleos de sentidos ou significados latentes. Como técnica de tratamento de informações, a AC, para Franco (2005, p. 11), passou a ser utilizada para produzir inferências acerca de dados verbais e/ou simbólicos obtidos a partir de perguntas e observações de interesse de um determinado pesquisador.

O contexto local

Partimos do pressuposto, apoiando-nos na perspectiva Gramsciana, que os processos culturais são sempre intencionais, portanto, politicamente orientados e, nesse sentido, podem contribuir para manter ou transformar as relações sociais vigentes. Dessa perspectiva, analisamos o projeto Centros Artísticos de Cultura Popular – “carro-chefe” do governo popular, na cidade de Chapecó – interrogando-nos sobre a orientação político-pedagógica do mesmo, seu delineamento como política cultural de caráter popular e suas filiações político-ideológicas com o movimento cultural dos Centros Populares de Cultura, desenvolvido no Brasil nos anos de 1960.

Em que pesem as contradições presentes em projetos dessa natureza, é importante registrar seu caráter de ruptura com a orientação política predominante até meados da década de 1990 para a área cultural. Até esse período, perdurava na cidade a presença de uma política chamada de “direita”, comprometida com o poder econômico local, priorizando os interesses privados desses setores como orientação para a administração do município.

Em 1997, com a vitória da Frente Popular, inicia-se uma série de mudanças de ordem político-social em Chapecó, tendo como

principal marca a implementação do orçamento participativo, a administração popular via este como o principal instrumento para definições políticas a partir das necessidades e demandas públicas; difunde-se a idéia e a prática da decisão coletiva na distribuição dos investimentos públicos, haja vista que as plenárias públicas constituíram-se nos principais espaços de discussão e deliberação popular.

Essa nova concepção de administração expressou-se também nos âmbitos da educação e cultura, dando a estas uma nova direção: conscientização popular, dialética, inclusão social, emancipação. Essas áreas ganham destaque numa perspectiva destinada à inclusão social, trazendo para o cenário municipal propostas de participação popular, inspiradas no ideário marxista.

De acordo com Werlang e Hass (2003, p.16), esse governo “[...] se coloca como o ‘novo’ no campo político, envolvendo rupturas em relação às práticas políticas tradicionais”, uma vez que as administrações populares têm “[...] imprimido uma nova forma de administração pública, instituindo formas alternativas de relacionamento entre Estado e sociedade civil em âmbito municipal, conjugando a democracia representativa e a democracia direta”.

A política desenvolvida pela Frente Popular tem premissas da participação do povo na administração dos projetos e recursos públicos, que instituíram na administração municipal o Orçamento Participativo² como principal campo articulador e de diálogo com a sociedade civil. Deste modo, criaram-se espaços diretos de participação e decisão do povo nos destinos da cidade. Em relação a essa forma própria de administração e as expectativas geradas na sociedade civil, Werlang e Hass, analisando o comportamento político dos chapecoenses, afirmam:

Geralmente, quando questionados a respeito dos aspectos positivos da administração municipal, os eleitores estabeleceram uma correlação entre os aspectos positivos da administração em suas áreas de atuação e as prioridades do próximo governo. Destacam-se preferencialmente os investimentos na área da saúde, educação, empregos,

estradas, agricultura, com poucas alterações nesta ordem (WERLANG e HASS, 2003, p.22).

Conforme procuramos mostrar, até o ano de 1996, a política local tinha a hegemonia de grupos e partidos políticos conservadores. Com a ascensão de partidos políticos de esquerda e de centro esquerda apoiados pelos movimentos sociais³ nas eleições municipais em 1996, esse cenário é revertido, causando uma ruptura na hegemonia política local.

A partir daí, tem-se no município uma gestão administrativa pautada no ideário de um novo modelo de sociedade; nesse novo processo, a educação, tomada como possibilidade de emancipação e de construção de consciência crítica, torna-se um elemento central, sendo objeto de uma reforma significativa. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura adota como proposta pedagógica a Educação Popular e a organização curricular em ciclos de formação, conforme Lei Complementar nº 48 de 22 de dezembro de 1997. A organização pedagógica da escola pública municipal passa a ser orientada por um novo princípio, assim definido:

A organização do ensino fundamental em ciclos, com base na idade e no ciclo de formação, visa superar o processo seletivo e excludente em que se constituiu o sistema seriado construído numa lógica linear que fragmenta o conhecimento na transmissão de conteúdos pré-determinados, precedentes de forma cumulativa, exigindo ritmos médios em tempos curtos, com a avaliação seletiva, centrada em provas e notas, lógica que causou grandes prejuízos ao sistema escolar brasileiro (CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ - PARECER Nº 10/98, APROVADO EM 11/11/98).

A substituição do sistema seriado pelo sistema de ciclos não foi, contudo, apenas uma questão organizativa ou metodológica. Como vimos na referência acima, visava a superação dos processos seletivos e excludentes que, historicamente, caracterizam a educação brasileira. Em consonância com esse novo princípio organizativo, a secretaria de educação adotou também uma nova orientação teórico-metodológica na definição dos currículos de ensino: a Pedagogia

de Paulo Freire passou a ser a principal referência, e os temas geradores tornam-se o princípio básico de sua organização.

Os princípios de inclusão social, emancipação crítica e comprometimento com uma educação popular se estendem por todos os campos da administração, incluindo o campo cultural. No segundo mandato da Frente Popular (2000-2004), o setor da cultura entra em consonância com as orientações políticas de cunho democrático-popular, encontrando-se mais fortemente assimilado pelo projeto dos Centros Artísticos de Cultura Popular (CACP's), objeto de nossa discussão a seguir.

A questão cultural no governo popular - a criação dos CACP's

Como já abordamos anteriormente, até a chegada da Frente Popular ao poder, os princípios elitistas que sustentavam políticas excludentes e de privilégios para minorias dominantes se estendiam também para o âmbito da educação e da cultura. No que tange nosso objetivo, podemos afirmar que o desenvolvimento do CACP's representou, em sua concepção e realização, uma ruptura com a direção até então existente.

Na área cultural do município, até a criação dos Centros Artísticos de Cultura Popular, o principal instrumento cultural de Chapecó foi a Escola de Artes⁴. Criada, em 1º de maio de 1979, pela lei municipal nº 052/79, denominada inicialmente de "Escola de Belas Artes", teve sua inauguração no dia 15 de maio de 1980, em grande solenidade no Clube Recreativo Chapecoense. Sua origem está vinculada à efervescência cultural vivida pelas elites da cidade nas décadas de 1970 e 80, momento em que eram promovidos grandes eventos artístico-culturais como salão de artes plásticas, recitais, globais de arte, intercâmbios com a capital do estado, mediados pelo Conselho Estadual de Cultura. A criação da escola veio, nesse sentido, concretizar o espaço da arte e da cultura como forma legitimadora e intimista, construída pelas elites e, sobretudo, destinada para as elites.⁵

Na lei de sua criação, assim são definidos os objetivos da escola:

Propiciar ao aluno condições de entender a importância cultural da arte, como expressão de sentimento, criatividade, sociabilidade e veículo de comunicação; propiciar ao aluno, meios de praticar e desenvolver aptidões artísticas; propiciar meios que favoreçam o desenvolvimento da apreciação, avaliação e valorização do artístico-cultural; favorecer conhecimentos iniciais da arte e da cultura, que possibilitem ao aluno ingressar em novas etapas do desenvolvimento artístico cultural (LEI DE CRIAÇÃO DA ESCOLA Nº 052/79 DE 01 DE JUNHO DE 1979).

Tais objetivos evidenciam o caráter da arte desenvolvida dentro da escola; com ênfase nas questões estéticas e artísticas, na produção e apreciação da arte, destina-se a formar produtores e apreciadores das artes. Os alunos que a frequentam dispõem de recursos para compra de instrumentos de música, material didático e roupas apropriadas ao exercício das atividades, além de pagamento de mensalidades, compondo assim um público específico, ou seja, as classes média e alta. Como já mencionamos, a administração da Frente Popular instituiu mudanças na área da educação já nos primeiros meses após ter assumido a política local, porém, na área cultural foi preciso ainda dois anos para que a proposta popular fosse efetivada⁶, fato esse verificado no documento “Propostas para Cultura, Esporte Lazer – do ano de 1999”, onde se faz menção ao projeto cultural chamado “Arte Popular”, com os seguintes objetivos:

Difundir, incentivar e ampliar o fazer artístico-cultural, valorizar e resgatar a cultura local. Implantar, construir, em locais existentes nas localidades centros populares de artes, em 10 locais de Chapecó, destinados a oferecer oficinas, aulas de musicalização, dança, teatro, artes plásticas e outras (SECRETARIA DE ESPORTE CULTURA E LAZER/DIRETORIA GERAL DA CULTURA, 1999).

O projeto “Arte Popular”, criado a partir da idéia da descentralização da cultura e dos preceitos dos movimentos de

educação e cultura popular, dará, posteriormente, origem à criação dos Centros Artísticos de Cultura Popular.

No “Plano de Governo dos candidatos à Administração Pública Municipal (2000)”, onde se apresentam indicadores do primeiro mandato e se traçam orientações e proposições para o segundo mandato da Frente Popular (2001-2004)⁷, é possível verificar que, no final da primeira gestão, já estavam em funcionamento diversas atividades, fazendo-se menção ao número de alunos que as freqüentavam, ainda no âmbito do Projeto Arte Popular. Desenhavam-se, desde então, as orientações que se presentificariam posteriormente, de forma mais sistematizada, no projeto dos CACP’s.

Implementação e desenvolvimento dos CACP’s: a segunda gestão do governo popular (2001-2004)

Como mencionado, o projeto “Arte Popular” dá o empurrão inicial para a proposta do desenvolvimento, na área cultural, de atividades de cunho popular, originando então os Centros Artísticos de Cultura Popular. Nos anos seguintes – pode-se verificar no documento “Plano de Ação para a Cultura 2001/2004”, datado de 14 de maio de 2001 – o projeto CACP’s figura como proposta central na área cultural do município, pois é apontado como prioridade nos investimentos públicos pela comunidade, definida através do orçamento participativo, conforme registro: “Ampliação dos Centros Artísticos de Cultura Popular (conforme demanda reivindicada pelo orçamento participativo)” (PLANO DE AÇÃO PARA A CULTURA 2001/2004).

O documento acima mencionado, “Plano de Ação para a Cultura 2001/2004”, articula-se a partir de três seções orientadoras, conforme segue:

a) *Sonho de Mundo e Sociedade*: discutem-se aqui questões relacionadas à preservação da cultura e à produção artística como valorização e resgate das manifestações da cultura local;

b) *Sonho de Política Cultural*: delinea-se e aponta-se para a construção de uma política cultural com uma concepção libertadora, pautada no diálogo entre as diferentes culturas e entre diferentes sujeitos;

c) *Desafios: são estruturados tendo como base quatro grandes eixos*: 1) Resgate, organização, preservação e socialização da memória histórica; 2) Ampliação do acesso da população ao conhecimento, formação e produção artística/cultural; 3) Criar, fomentar e/ou apoiar empreendimentos culturais; e 4) Criação da Fundação Municipal de Cultura.

Em continuidade ao projeto cultural delineado no “Plano Plurianual 2002-2005”, evidencia-se um conjunto de ações voltadas à área cultural do município, fortalecendo-se a idéia dos Centros Artísticos como proposta de inclusão social e como programa de governo. Viabiliza-se a construção dos espaços físicos destinados às atividades e à criação da Fundação Municipal de Cultura, como garantia, aos chapecoenses, de acesso à política cultural. Conforme o documento já citado:

O município possui uma estrutura de serviços públicos na área cultural constituída pela Escola de artes, biblioteca Pública Municipal, 19 Centros Artísticos de Cultura Popular que atendem mais de 5.000 pessoas em atividades educativas nas áreas de música, dança, artes plásticas e artes cênicas. O Departamento da Cultura organiza e desenvolve eventos culturais que envolvem a participação de milhares de pessoas como o carnaval popular, teatro da paixão, dia do desafio, mostras culturais, mateadas, etc. O Departamento da Cultura resgata, organiza e preserva a memória histórica através dos museus, murais e monumentos (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. PLANO PLURIANUAL – 2002-2005).

Cabe ainda ressaltarmos que nesse documento são firmadas diretrizes e ações voltadas a uma política cultural de âmbito popular, conforme segue: “Aprofundar a gestão democrática da política cultural incluindo o Orçamento Participativo, o Conselho Municipal de Cultura e os Conselhos da Escola de Artes e dos Centros Artísticos de Cultura Popular e a participação popular em todo o processo cultural”.

O Projeto Centros Artísticos de Cultura Popular, como pudemos verificar em registros anteriores, já vinha sendo desenvolvido no âmbito do Projeto “Arte Popular”. Todavia, como o Projeto não dispunha de uma coordenação que o impulsionasse e sistematizasse, funcionou, nesse período, de forma incipiente e espontaneísta, carecendo, nesse sentido, de uma sustentação teórica mais sólida que possibilitasse uma compreensão aprofundada da cultura, no âmbito de uma administração popular.

Como reflexo desse processo, muitas improvisações ocorreram, inclusive no que se referiu à contratação de professores para as atividades – a maioria sem qualificação técnica-formal e, muitos deles, pouco partilhando os preceitos político-ideológicos da então administração popular. Sem essa vinculação maior com o projeto político que estava na base dos CACP’s, muitos professores desenvolviam suas atividades de acordo com sua “própria direção”, fato esse agravado ainda pela ausência, no Projeto dos CACP’s, de uma unidade de pensamento, no que se referia a uma proposta popular na área da cultura. Como conseqüência desse processo, muitas atividades artísticas desenvolvidas voltavam-se mais para o aspecto de entretenimento.

As atividades desenvolvidas pelos Centros Artísticos de Cultura Popular aparecem mais detalhadas nos documentos que analisamos, a partir de 2001. No “Relatório das Atividades Desenvolvidas no Período de Março a Dezembro de 2002”, por exemplo, aparece a indicação de atividades de planejamento nos Centros Artísticos, conforme é mencionado: “Planejar em conjunto com a equipe de professores as ações educativas a partir das necessidades e vivências de cada grupo, dentro das linguagens música, teatro e dança”. Estabelecer o planejamento das atividades dos CACP’s como um dos objetivos expressa as mudanças que foram ocorrendo nesse período, em especial, a introdução de uma concepção de caráter mais pedagógico, e não apenas de entretenimento, para as atividades em curso⁸.

Vinculados, então, à Secretaria da Educação, os CACP's passam a adotar também em sua prática a perspectiva da educação popular, assimilada por essa secretaria. Fundamentada no ideário de Paulo Freire e na sua concepção de conscientização pela educação, os CACP's inspiram-se, por um lado, nessas experiências educacionais e, por outro, resgataram preceitos do movimento dos CPC's, desenvolvidos nos anos de 1960, em especial a concepção do caráter transformador e revolucionário da arte.

Ancoradas nessas referências, as atividades, no âmbito dos CACP's, passaram a ser mais organizadas, prevendo-se, por exemplo, espaços de reflexão e formação destinados aos educadores atuantes no Projeto. O objetivo era que os professores⁹ se tornassem agentes disseminadores de mudanças nos padrões tradicionais estabelecidos pela elite chapecoense, constituindo-se nesse sentido, como uma contra-hegemonia.

As ações voltadas para os professores, conforme consta no "Relatório das atividades desenvolvidas nos períodos de março a dezembro de 2002", são assim definidas:

Formar um grupo de professores com perfil indicado para um trabalho popular em arte e cultura com qualificações a seguir: comprometido com as políticas educacionais nas ações desenvolvidas para com o educando; tenha postura de educador, percebendo o aluno como um ser pensante, com vontade e sonhos; que seja desafiado e desafiante; que organize e articule a comunidade onde atua, sendo elo de ligação entre o aluno-comunidade e cultura e que se sinta responsável pelo crescimento do CACP.

Em 2003, com o trabalho de coordenação chegando ao seu primeiro ano, foi possível verificar nos Centros Artísticos de Cultura Popular o processo de reflexão e capacitação realizado. O "Relatório dos Centros Artísticos produzido em dezembro/2003" traz informações em relação à implementação pedagógica, conforme consta: "Paulo Freire é legitimado pelo grupo como pesquisador, pedagogo, estudioso de uma proposta fundamentada na práxis, na dialogicidade, no contato com as diferentes realidades e sua

transformação a partir de um trabalho emancipatório”.

Em síntese, a criação de uma coordenação específica e os encaminhamentos pedagógicos mediados pela secretaria da educação proporcionarem ao Projeto uma nova fase com organicidade nas atividades realizadas, evidenciando, ainda, comprometimento da administração com o mesmo.

A criação da Fundação Cultural em 2003 também contribuiu para dar novo impulso aos CACP's, seja em relação à sua difusão ou descentralização para os diversos bairros da cidade. A partir disso, são estabelecidos canais diretos de diálogo com a comunidade para a definição das atividades que comporiam o Projeto em cada localidade. Conforme já mencionamos, o Orçamento Participativo (OP) constituiu-se no mais importante canal de participação popular, e as demandas para a área cultural ocorriam também no âmbito das plenárias do mesmo. Uma vez apresentadas e definidas as demandas culturais pela comunidade, constando, portanto, no orçamento para o período, o líder comunitário tornava-se o elo entre a comunidade e o setor cultural, tanto na organização de espaço físico para a realização das atividades (salões comunitários, salas anexas a igrejas, escolas, programas sócio educativos, etc), como na divulgação junto à comunidade.

O processo de descentralização das atividades culturais foi mantido até 2004, ocorrendo nesse ano a inclusão de novas comunidades e a supressão de outras. No que se refere às atividades desenvolvidas, observa-se ainda o predomínio das atividades de dança, seguidas daquelas relacionadas ao aprendizado da música em diferentes instrumentos musicais.

Ainda no que tange a atuação da Fundação Municipal de Cultura e sua presença junto à área cultural da cidade, vale registrar que, em que pese à importância de sua criação, sua atuação nesse período foi dificultada por problemas de ordem estrutural e política. Por exemplo, a descontinuidade administrativa – num curto espaço de tempo, menos de um ano de sua criação, a presidência da Fundação já havia sido substituída três vezes, fato que demonstrava

conflitos, de ordem político-administrativa, dentro do governo municipal. Outro fato a mencionarmos é a destinação orçamentária, sempre restrita quando destinava a atender as demandas culturais da cidade.

As crises internas provocadas pelas dissonâncias de ordem política acabaram por interferir no andamento dos projetos e, em especial, no grupo de professores dos CACP's, com prejuízos para a continuidade dos trabalhos de formação e capacitação. Com a substituição do corpo administrativo¹⁰, em 2004, último ano da gestão da Frente Popular, o Projeto CACP's ganhou novos contornos, conforme verificamos nos documentos referentes a este período.

Essas mudanças se refletiram inclusive na sistematização da documentação do Projeto; os dados referentes a 2004 encontram-se esparsos, reunidos em uma pasta-arquivo, tratando-se mais de registros espontâneos do que documentos de planejamento, diretrizes ou avaliação. Não há nesta pasta nenhum registro documental realizado pela coordenação que forneça dados consistentes sobre o desenvolvimento das atividades deste ano. Os documentos se constituem de registro feito pelos professores, de atividades realizadas e expectativas.

Contudo, esses documentos, mesmo prejudicados, expressam os encaminhamentos dados aos CACP's, em especial, pela mudança na orientação do planejamento das atividades a serem desenvolvidas que passam, então, a serem elaborados por área, pelos professores responsáveis, evidenciando a ausência de uma orientação pedagógica mais orgânica e unitária.

Pressupostos Metodológicos dos CACP's – avanços e limites

Assim como a arte, os elementos culturais ganham novos significados de acordo com o contexto social, de tal forma que a cultura acaba se constituindo num conjunto de sistemas de símbolos

que articulam significados novos a cada reelaboração, pois a arte como produção social é sempre histórica, geradora de impulsos que modificam e transformam tanto o contexto socioeconômico quanto o contexto sociocultural.

Como já mencionamos anteriormente, até o início da gestão da Frente Popular, a cultura do município é constituída por concepções geradas pela elite chapecoense, na produção de uma arte formal, com espaços definidos pela classe artística, que para Chauí (2006, p.9) “Pode ser concebida como campo das belas artes – cultura como talento nato ou fruto de treinamento ou formação, com ênfase na exposição do resultado.” Contrapondo-se a essa perspectiva, a implementação do Projeto dos Centros Artísticos de Cultura Popular representou, do ponto de vista político, uma proposta renovadora, com intenções transformadoras. Conforme sublinha Freire (1978, p. 13), a arte popular se desenvolve,

[...] em oposição às classes dominantes, nascendo do seio da cultura popular negada, sendo permanentemente regida pela análise crítica dos valores, pois essa ação é transformadora e se transforma sempre [...] uma forma radical e resistente de ser dos seres humanos, pois se expressa de forma consciente e com a necessidade do recriar para resistir.

Os Centros Artísticos de Cultura Popular apresentam-se na esfera cultural de Chapecó como um projeto que propõe a popularização da arte e da cultura, contrapondo-se à arte desenvolvida no campo cultural do município até fins da década de 1990, que tinha na Escola de Artes, na classe artística chapecoense, em especial, nas artes visuais, nos escritores e em algumas atividades na área privada, seus principais representantes. O setor cultural mantém-se por décadas na reprodução de uma arte acadêmica formal, não criando políticas públicas de fomento à produção local, salvo algum tipo de apoio institucional em nível estadual, na organização de mostras de artes plásticas ou lançamento de livros.

A política cultural apresentada pela Frente Popular, a partir de 1997 até 2004, promove no município uma renovação em termos

de concepções no setor, implementando um projeto que tem na arte a linguagem de aproximação com o povo e na cultura o espaço de participação popular. As atividades artísticas-culturais desenvolvidas pelos CACP's, as aulas de dança, teatro e música, cumprem função de construir novos conceitos pautados pela concepção de emancipação.

As concepções de engajamento político e articulação de consciência e emancipação do indivíduo como mediação para consciência crítica tem como fonte de inspiração os pressupostos dos Centros Populares de Cultura da década de 1960, concebido como proposta de renovação do cenário sociocultural brasileiro, provendo reflexões em torno da arte nacional e popular destinada à conscientização das massas.

A seguir apresentaremos discussões em relação às concepções que orientaram os CACP's, priorizando duas categorias: a função social da arte e da cultura e a concepção do educador cultural.

Função social da arte e cultura nos CACP's

Os CACP's tem origem na esfera pública municipal como um projeto descentralizador, com princípios de inclusão e sensibilização através das linguagens artísticas. Na medida em que se desenvolvem, cumprem a função proposta em sua origem: tornar o campo cultural do município um campo popular, usar a arte como uma linguagem de aproximação com o povo, visando criar junto ao povo consciência crítica em relação a sua realidade, ao contexto sociopolítico, provocando a transformação social do sujeito e contexto.

A arte engajada dos CACP's tem nos CPC's a inspiração de origem, pois ambas em seu desenvolvimento tem o objetivo de promover a possibilidade de consciência crítica e de visão de mundo ao público participante.

Os Centros Populares de Cultura também reivindicavam uma renovação cultural no contexto brasileiro da década de 1960.

Almejavam produzir uma arte essencialmente política, tomando o povo como criador, retirando-o, portanto, de sua condição de espectador. Conforme Garcia (2002, p.63): “[...] baseada na atuação com os grupos sociais, estava voltada para a união e formação do povo, não somente como receptor, mas também como criador de cultura.”

Como projeto desenvolvido dentro de uma esfera pública que tem concepções políticas de inclusão e participação social, os CACP's, diferentemente dos CPC's cujo núcleo fomentador se constituía de artistas, intelectuais e movimentos sociais, orientam suas atividades para esse fim, pois recebem respaldo teórico da Secretaria de Educação, já comprometida com a educação popular, criando assim, dentro do município, uma unidade de pensamento nos campos de atuação.

O projeto CACP apresenta em seus objetivos diferentes concepções acerca da função social da arte e da cultura. Tais concepções evidenciam a dinâmica de estruturação por que passava. A arte é vista como bem público social através da garantia do “acesso da população ao conhecimento, formação e produção artística/cultural; arte como meio para conscientização do povo, “a arte na busca da consciência e do desenvolvimento popular na busca da liberdade e igualdade” e arte como resgate da memória popular “resgatar, preservar e socializar a memória histórico-cultural do povo chapecoense” (PLANO DE AÇÃO PARA A CULTURA 2001-2004; PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

Tais concepções convergem para o desenvolvimento de uma política que expressa a valorização pelo povo através da criação e desenvolvimento de espaços populares de cultura, atribuindo ao povo o poder de renovação cultural.

Arte e cultura como bem social

Dentre os objetivos dos Centros Artísticos de Cultura Popular, registra-se sua intenção de configurar uma outra dinâmica

cultural na cidade, invertendo a crença popular de que a arte e cultura sejam bens acessíveis apenas para uma determinada classe social. O projeto desenvolvido pretendia transformar o campo cultural do município em um campo democrático, não restrito à elite chapecoense, tradição conservada por décadas. Procurou configurar-se, assim, com uma política pública centrada tanto em uma intenção formativa – a conscientização como proposta de emancipação do indivíduo e, por conseguinte, da sociedade: “O constante crescimento dos envolvimento nos fazeres culturais na construção de um mundo novo” (PLANO DE AÇÃO PARA A CULTURA 2001-2004).

Nesta perspectiva, a idéia de cultura não pode ser separável da de grupos e classe sociais e, ao democratizar o campo cultural, o Projeto CACP’s concebe a cultura como um bem social e um direito universal, que não pode ser negado, negligenciado ou restrito a um grupo ou classe.

Ampliar o acesso da população ao conhecimento, formação e produção artística/cultural (PLANO DE AÇÃO DA CULTURA 2001-2004).

Que o povo tenha acesso aos bens simbólicos, culturais, onde todos sejam sujeitos e capazes de produzir cultura, memória (PLANO DE AÇÃO DA CULTURA 2001-2004).

Possibilitar o acesso às pessoas ao conhecimento das diferentes culturas e ao conhecimento universal (PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

Uma gestão popular de cultura deve ser entendida como prioritária e social, como impulso de transformações. Ao romper com a estrutura cultural da elite, pretendia-se construir, com o Projeto, uma contra-cultura como instrumento de crítica e conhecimento, ampliando a cidadania. Vista deste modo, a cultura deixa de ser um bem destinado a alguns e passa a ser um bem social, assim como as áreas de esporte, saúde e educação.

A política cultural desenvolvida durante a gestão da Frente Popular concebe os CACP’s como uma arte sem caráter formal ou

acadêmico, esteticamente construída como linguagem de aproximação com o povo, entendido aqui como os moradores do centro, bairros e do interior do município, excluídos pelas políticas públicas na área da cultura por décadas. Em sua origem, no projeto Arte Popular prevê “implantar, construir, em locais existentes nas localidades centros populares de artes, em 10 locais de Chapecó, destinados a oferecer oficinas, aulas de musicalização, dança, teatro, artes plásticas e outras” (PROPOSTAS PARA A CULTURA, ESPORTE E LAZER – 1999).

Ainda que seja possível perceber o caráter descentralizador proposto pelo setor cultural, não há registros de construção desses centros, fato esse que gerou dificuldades em termos de uma efetiva difusão do Projeto levando-o, assim, a desenvolver estratégias de ocupação dos espaços comunitários para a viabilização do mesmo. Os espaços utilizados para as aulas são na maioria salões comunitários, salas disponibilizadas pelas escolas municipais, programas socioeducativos, nem sempre condizentes com as atividades propostas, bem como com o número de alunos nas aulas.

Contudo, apesar das dificuldades, foi inegável a força política impressa no projeto, uma vez que os registros apontam números elevados de alunos participantes das atividades (cerca de três mil alunos nas mais variadas idades), bem como a abrangência dos mesmos durante o curto tempo de desenvolvimento, que pode ser evidenciado em relatórios dos anos de 2002 e 2003¹¹. Chauí (2006, p.75), referindo-se à política cultural implementada na cidade de São Paulo, também durante uma gestão popular, momento em que assumiu a Secretaria de Cultura, referiu-se às dificuldades encontradas para implementar um projeto com esse caráter:

[...] a política da cidadania cultural, longe de ser uma proposta imediatamente praticável, revelou-se um lento e difícil processo político cultural. Por não ser óbvia ou evidente e por não encontrar raízes já assentadas na tradição cultural da cidade, implementá-la significou explicá-la, explicitá-la continuamente para os cidadãos[...]¹².

Neste sentido, na construção de um projeto renovador é possível perceber em seu delineamento fatores que se impõem como premissas de organicidade e de conteúdo, que comportam contradições e dissonâncias, geradas pela própria dinâmica de atuação.

A cultura como mediação para a conscientização do povo

Dentro do Projeto CACP's, o campo cultural adquire uma função educativa, formalizada pelos centros como aulas de dança, de teatro e de música e o profissional, onde atuam professor(a)/educador(a) e aluno/aluna. A arte configura-se como atividade não acadêmica, tem características de expressividade e liberdade de criação, visa uma *“cultura que motive e respalde a produção artística e a liberdade das diferentes formas de criação”* (PLANO DE AÇÃO DA CULTURA 2001-2004).

Essa função educativa, atribuída à arte e à cultura no Projeto em análise, configura-se como proposta de conscientização popular, o que se expressa tanto nas referências às bases teóricas da educação popular, em especial às contribuições de Paulo Freire, como em sua própria sistemática de organização, criando as possibilidades de participação direta da população de cada comunidade na definição do “formato” do projeto em seu local. Nos objetivos dos CACP's, essa intenção educativa, assim se expressava: (PLANO DE AÇÃO DA CULTURA 2001-2004):

A arte na busca da consciência e do desenvolvimento popular na busca da liberdade e igualdade.
Construir uma política cultural com uma concepção libertadora onde o diálogo entre as diferentes culturas seja entre sujeitos.

Ao preconizar para os CACP's essa função de mediação na construção de uma consciência social crítica, observamos uma aproximação com aquelas funções atribuídas aos CPC's, nos anos de 1960, pelos seus realizadores. Discutindo essa intenção de

conscientização das massas dos CPC's, Hollanda (2004, p. 23), destaca:

Trata-se, claramente, de uma concepção, da arte como um instrumento de tomada de poder. Não há lugar aqui para os 'artistas de minorias' ou para qualquer produção que não faça uma opção de público em termos de 'povo'. A dimensão coletiva é um imperativo e a própria tematização da problemática individual será sistematicamente recusada como politicamente inconseqüente se a ela não se chegar pelos problemas social.

Dizendo de outro modo, a proposta de arte desenvolvida pelos Centros Artísticos de Cultura Popular nasce com um caráter inclusivo (trazer o povo para reflexão e manifestação no campo cultural) cultivado e tradição (reconhecer e valorizar as manifestações culturais locais) e promove nas comunidades a consciência crítica da sua realidade. A função da arte dos CACP's está pautada pela possibilidade de mudança em nível social, operando nas comunidades como meio para a emancipação social.

Como já mencionamos anteriormente, a forte referência em Paulo Freire, em sua concepção de educação popular e libertadora, vinculava também aos CACP's a direção implementada para a educação pública municipal, que passou, desde a assunção da Frente Popular do poder, a adotar uma nova proposta teórico-metodológica baseada, em termos curriculares, nos temas geradores. Nesse sentido, havia uma unidade de pensamento tanto em termos da direção mais ampla da Frente Popular, como em termos da relação concebida entre educação e cultura. Os conceitos construídos de arte e cultura durante a administração da Frente Popular, arte como inclusão social e arte como conscientização nos apontam os caminhos pelos quais as linguagens artísticas se inserem nos centros e o percurso educativo que os professores desenvolvem nas comunidades através das atividades de dança, teatro e música.

No âmbito dos CACP's, os professores/educadores começam estudos a partir dos escritos de Paulo Freire, em especial os livros

“Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Libertação”. No “Relatório de Atividades de 2003”, encontramos a seguinte menção: “Paulo Freire é legitimado pelo grupo como pesquisador, pedagogo, estudioso de uma proposta fundamentada na práxis, na dialogicidade, no contato com as diferentes realidades e sua transformação a partir de um trabalho emancipatório”.

Ainda no documento citado acima, encontramos evidências do trabalho de reflexão sobre as atividades realizadas:

O que se propõe o projeto Centros Artísticos de Cultura Popular- A inclusão através da Arte? A sensibilização às linguagens artísticas? Espaço de reflexão de quem somos (em nossa cidade, em nossa região, o que representamos no país, no mundo) e o que produzimos culturalmente? Disseminar uma ideologia partidária? O reconhecimento de nossa cultura local e seus condicionantes históricos?

A relação entre educação e conscientização, tão presente na obra de Freire, conforme expressa o autor quando afirma que “uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher seu próprio caminho”(FREIRE, 2005, p.23), tem a conscientização, processo pelo qual o cidadão se torna libertário e liberto, como principal vetor, também na arte/cultura, para a tomada de consciência, como compromisso histórico.

A construção de uma unidade de pensamento dentro do campo cultural em consonância com outros setores da gestão popular gerou, portanto, a necessidade de formar nos professores ou agentes culturais o caráter de comprometimento, de engajamento, visando à construção do campo cultural como um campo de reflexões. Este objetivo está expresso no “Plano de ação da Cultura 2001-2004”, quando determina como pré-requisito a exigência de uma “habilitação mínima para ingresso e programa de formação continuada aos servidores da cultura”.

A partir desse contexto, a arte desenvolvida no interior dos CACP’s concebe também espaços de discussão e de formação para

o grupo de professores. Por esse aspecto, podemos inferir o caráter de engajamento da arte nas atividades desenvolvidas com os alunos e os CACP's se tornam também referências para o coletivo, por suas características de envolvimento comunitário, movimento de luta e de inclusão.

Fazendo referência a esse caráter político-educativo que as experiências culturais podem proporcionar e fazendo referência particular às experiências realizadas em gestões populares, Chauí reafirma o caráter emancipatório da cultura e da arte, uma vez que a

[...] capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das idéias e dos valores, da produção das obras de pensamento e da obras de arte, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e idéias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade (CHAUÍ, 2006, p.8).

Cultura como meio para o desenvolvimento pessoal

Para Paulo Freire (1981, p.36) a principal função da educação é seu caráter libertador. Para ele, ensinar seria, fundamentalmente, um ato educativo para a liberdade, a “educação para o homem-sujeito” uma educação não como condicionamento social, mas para a liberdade e para a autonomia. Assim, não se pode entender o desenvolvimento humano sem a cultura.

Ao conceber a cultura como um campo fértil de mudanças de visão de mundo, portanto, reconhecendo suas potencialidades de transformação, a política desenvolvida pelos partidos de esquerda defende princípios norteadores de inclusão e emancipação crítica, refutando a lógica hegemônica capitalista.

Como vimos, as linguagens artísticas desenvolvidas nos CACP's não eram concebidas a partir de padrões estéticos pré-definidos, as comunidades onde são desenvolvidas as atividades são em sua grande maioria pertencentes às classes mais pobres da cidade. A arte desenvolvida pelo CACP ganha função e significado

de aproximação com povo. Ela se torna meio popular, de sensibilização às linguagens artísticas, de desenvolvimento social e entretenimento. Esse caráter se evidencia também nos modos como são concebidas as contribuições dos alunos no desenvolvimento das atividades: “desenvolver a capacidade crítica das pessoas e da liberdade de produção artística cultural” (PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

O caráter educativo que norteia as atividades dos CACP's aproxima-se das concepções histórico-críticas que tem, na conscientização e na emancipação, a participação como ação do sujeito e a autonomia na escolha de caminhos. Freire (1996, p.41) se refere a “assunção” da identidade cultural que significa:

Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar [...] A aprendizagem de assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado.

Se o sentido educativo da cultura projetado pelos CACP's não é apenas para transmitir conteúdos ou inserção social, esta volta-se também para o desenvolvimento de habilidades e competências e autonomia pessoal. A inserção na realidade com a consciência para a transformação torna o homem um sujeito que cria cultura que para Paulo Freire, significa:

Um sentido muito diferente e muitíssimo mais rico do que tem no uso ordinário. A cultura – por oposição à natureza, que não é criação do homem – é a contribuição que o homem faz ao dado, à natureza. Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho de transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens (PAULO FREIRE, 2005, p.43).

Vale registrar que a arte produzida pelos CACP's não tinha como foco o desenvolvimento de um trabalho estético, aos moldes

acadêmicos, mas na estética da linguagem, no desenvolvimento de atividades que trouxessem outros valores que não aqueles já disseminados pela mídia contemporânea, chamados alienantes. As atividades se caracterizam como forma de refutar os modelos impostos pelo sistema capitalista, incluindo a população chapecoense ao campo cultural através de suas produções e manifestações locais.

É possível verificar este aspecto pelas temáticas trabalhadas com os professores, visando que estes, conforme detalhado no “Relatório 2003 – Centros Artísticos de Cultura Popular”, trabalhassem também com os alunos: sexualidade, gênero, etnia, cultura, ecologia, liberdade, entre outras, como possibilidades de transformá-las em reflexões com os grupos, criando assim núcleos de atividades artísticas culturais que desenvolvendo linguagem artística (música, teatro e dança) refletissem também sobre suas próprias condições de vida, seus desejos, suas necessidades e avanços.

Cultura como memória local

Os CACP's apresentavam também como um de seus objetivos propiciar que o povo tenha acesso aos bens simbólicos, culturais, onde todos sejam sujeitos e capazes de produzir cultura, memória (PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

É possível verificar que o conceito de arte como resgate de memória e cultivo se apresenta como forma de criar mecanismos que estimulem a comunidade à valorização de seus bens culturais. Dentro desta política, ressaltamos a palavra *resgate* presente nos documentos, tais como:

Valorizar e resgatar a cultura local (PROPOSTAS PARA CULTURA ESPORTE E LAZER –1999).

Valorização do resgate cultural e a importância da produção artística (PLANO DE AÇÃO DA CULTURA 2001-2004).
Resgatar, preservar e socializar a memória histórico-cultural do povo chapecoense (PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

A palavra *resgate*, empregada de forma concisa nos primeiros anos de implementação do projeto, revela a necessidade de 'retomar, recuperar', trazer algo (que já estaria esquecido, deixado de lado) de volta ao cenário, percebe-se o conceito de arte como tradição, cultivo da memória.

Já vimos nesta pesquisa que na tendência romancista no Brasil, a cultura popular ganha sentido de primitivo, o popular nesta esfera é revestido por uma capa de tradição. Para Chauí (1987,p.19): "[...] cultura popular é a retomada e preservação de tradições (que, sem o povo, teriam sido perdidas)." A noção de tradição para os CACP's se coloca como reconhecimento do campo cultural local, da realidade. Por isso, reconhecer a cultura local e os modos como os diferentes grupos sociais se relacionam com o contexto e seus condicionantes históricos, significa conceber a mudança a partir do cultivo (originariamente o conceito de cultura). É preciso perceber a realidade e através desta projetar as mudanças.

A esfera pública (1997-2004) tem na administração municipal a Frente Popular composta por partidos que defendem, em suas práticas políticas, a noção do popular como representação do povo. O termo popular na cultura é tratado nos escritos de Gramsci (Apud CHAUI, 1984, p.17) como expressão da consciência e dos sentimentos populares,

[...] a transfiguração expressiva de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis e identificáveis, cuja interpretação pelo artista e pelo povo coincide. Esta transfiguração pode ser realidade tanto pelos intelectuais ' que se identificam com o povo' quanto por aqueles que saem do próprio povo, na qualidade de seus intelectuais orgânicos.

Canclini (2003, p.272), numa visão contemporânea, diz que "O popular permite abarcar sinteticamente todas essas situações de subordinação e dar uma identidade compartilhada aos grupos que convergem em um projeto solidário." Esse significado do popular permite que diferentes grupos sociais, ou diferentes temáticas sejam

organizadas a partir da idéia de uma ação comunitária, um movimento popular.

Chauí (1987, p.108) aprofunda ainda mais essa questão e, entrando especificamente no caráter político que o popular é concebido no Brasil dos anos 50-60, diz que : “O popular se torna não só objeto de construção e de exibição, mas ainda se converte em palavra de ordem da ação política, na medida em que se trata de tomar o poder do Estado para criar um ‘verdadeiro Estado nacional’ porque ‘Estado Popular’”.

Nesta experiência, é possível dançar sob a luz da realidade sem os *demi-pliés* e *grand-pliés*, precisos e iguais do ballet clássico e perceber a arte como uma esfera possível e passível de ser vivida. Cultura Popular, neste sentido pode ser identificada pela concepção de Chauí (1987,p.40), como “[...] uma manifestação cultural na qual os participantes se exprimem e se reconhecem mutuamente em sua humanidade e em suas condições sociais, marcando a distância e a proximidade com outras manifestações culturais [...]”

Educador cultural ou professor?

No CPC o artista revolucionário popular é concebido como aquele que opta por ser povo, que para Hollanda (2004, p.30) “[...] sua opção é moral. Sua ação política é um problema de honra e doutrina [...] trata-se de um dever, de um compromisso com o povo e com a justiça vindoura – a revolução nacional e popular.” Nos CACP’s o agente cultural, denominado por professor/educador popular, deve-se ter aptidões artísticas e capacitação na linguagem desenvolvida dentro do campo cultural, ser um leitor crítico de mundo e sociedade, que perceba o aluno como um ser pensante, com limites e potencialidades a serem desenvolvidas, numa pedagogia dialética, que para Freire (1996, p.28) se traduz num processo gnóstico de: “dodiscência – docência-discência.”

O CACP’s apresentam no ano de 2002 a projeção para formação de um grupo de professores com perfil indicado para o

trabalho popular em arte e cultura, “é um debate a ser feito mediante a contratação dos professores para o próximo ano” (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2002). Vejamos qual é o perfil escolhido para o educador popular:

- Comprometido com as políticas educacionais nas ações desenvolvidas com o educando;
- Que tenha postura de educador, percebendo o aluno como um ser pensante, com vontades e sonhos;
- Que seja desafiador e desafiante;
- Que perceba, organize e articule a comunidade onde atua, sendo elo de ligação entre o aluno – comunidade – departamento de cultura;
- Que se sinta responsável pelo crescimento do projeto centros artísticos.

No trabalho de formação com os professores, tomou-se, além de Paulo Freire, também as contribuições de Henri Giroux. Este último, na tentativa de construir um modelo teórico, aproxima-se também dos estudos de Paulo Freire e Mikhail Bakhtin esboçando uma pedagogia emancipatória. O uso da linguagem, considerado por Bakhtin como um ato eminentemente social e político, aprofunda a compreensão sobre a natureza da criação, fornecendo subsídios para análise de como as pessoas concebem valores e a partir de diferentes níveis do discurso.

Para Henry Giroux, Paulo Freire amplia e aprofunda o projeto de Bakhtin, pois a experiência de Freire está enraizada em uma visão da linguagem e de cultura na qual o diálogo e o significado estão fortemente unidos a um projeto social que enfatiza o campo político, além de trabalhar como central na noção de fortalecimento social e político de uma luta coletiva por uma vida sem opressão. Tanto Bakhtin como Freire trabalham a partir de uma visão de linguagem, de diálogo, de cronotipo e de diferença, rejeitando uma concepção totalizante da história. Ambos fornecem um modelo pedagógico que se inicia com as experiências concretas da vida diária. Os autores percebem a necessidade de analisar como as experiências humanas são

produzidas, contextualizadas e legitimadas dentro da dinâmica do cotidiano da sala de aula. Assim, Giroux argumenta a favor do desenvolvimento de uma pedagogia radical como forma de política cultural. Ainda para o autor, (1988, p.82)

[...] a escola é a incorporação, histórica e estrutural, de formas de cultura que são ideológicas. Ela dá significado á realidade pelo modo como é freqüente e ativamente contestada e pelas diferentes maneiras como é experienciada por indivíduos e grupos.

O autor, citando Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, associa a pedagogia radical a uma forma de política cultural, onde a linguagem, o significado e as práticas sociais envolvidas num movimento dialético produzem um projeto social que enfatiza a pedagogia emancipatória.

A formação e qualificação dos professores, para atuar nos CACP's, passava por concepções de cultura como espaço de formação humana. Conforme já mencionamos no capítulo anterior, as atividades culturais nos Centros eram desenvolvidas no formato das aulas, sendo o organizadas em termos de horas/aula, e turmas estruturadas a partir de faixa etária. Nesse sentido, poderíamos dizer que sua estrutura didática está inspirada no caráter formal da educação. Tais contradições encontram sentido na medida em que o projeto, como atividade inédita, está sendo construído com o grupo de professores e com a relação nas comunidades.

A construção de uma política cultural como uma política pública

Uma política pública cultural deve conceber a formação a partir da idéia de democracia e pluralismo. Para tanto, ao se implementar uma política pública voltada para o setor deve-se ter como objetivo prioritário da ação cultural, contribuindo para ampliar e melhorar as opções, as experiências e o acesso da população, a

criações artísticas, prioritariamente as locais, estendendo-as ao conhecimento universal.

Em relação ao contexto chapecoense, é importante ressaltar que o CACP tem origem durante a primeira administração da Frente Popular em 1999 como uma política cultural para a cidade. Porém, o projeto só se torna central na área da cultura a partir da segunda administração, no ano de 2002, com a seguinte proposta: “ construir uma política cultural com uma concepção libertadora onde o diálogo entre as diferentes culturas seja entre sujeitos” (PLANO DE AÇÃO PARA A CULTURA 2001-2004).

O “Plano Plurianual 2002-2005” detalha os modos pelos quais a área da cultura planejava a política pública:

Aprofundar a gestão democrática da política cultural incluindo o orçamento participativo, o conselho municipal de cultural e os conselhos da Escola de Artes e dos Centros Artísticos de Cultura Popular e a participação popular em todo o processo cultural.

Já mencionamos que, na esfera cultural do município, desde sua origem reproduzia-se o pensamento da elite como produção cultural local, excluindo do cenário chapecoense as diferentes manifestações culturais. A cultura, neste sentido, configura-se a partir dos moldes impressos pela sociedade de consumo, de características homogêneas, não sendo legitimadas e valorizadas como cultura as diferentes formas de expressão produzidas. Não encontrando espaço para sua expressão, essas manifestações ficam reduzidas a uma condição de ‘produção subalterna’ àquela produzida pelas elites.

A proposta da administração popular pretende ser inclusiva e emancipadora, no sentido de construir junto às comunidades espaços de discussão através das plenárias do orçamento participativo e das atividades dos CACP’s. Vale dizer ainda que, embora se priorize os centros como projeto central de sua gestão, são mantidos na cidade os espaços já institucionalizadas pela elite,

como a Escola de Artes, além de criar a Galeria de artes Dalme Marie Grandó Rauén, na praça central da cidade e manter sob o monumento 'O Desbravador' as obras do artista Paulo de Siqueira, transformado esse espaço em Memorial que leva o nome do artista e expõe suas principais obras.

Quando tratamos de cultura, o papel do Estado é fundamental, pois reflete a maneira como o poder articula-se em torno do interesse comum, tencionado ora por uma esfera, ora por outra. No caso da Frente Popular, a política cultural estava pautada pela política de esquerda impressa na administração pública municipal, que é de "garantir a todos os chapecoenses o acesso à política cultural" (PLANO PLURIANUAL 2002-2005).

Ainda que refletindo às contradições em que se constituem os CACP's é possível defini-lo como uma dinâmica renovadora, pois criam junto às comunidades possibilidades de gerar novas formas culturais, o campo cultural chapecoense se configura com novos espaços de reflexão, a parcela da população excluída pelas práticas culturais anteriores tem acesso aos bens culturais, optando por ser parte ou fazer parte da cultura chapecoense.

Considerações Finais

Uma pesquisa que refletisse o contexto local e que pudesse servir como compreensão sobre a área cultural foi a primeira vontade na escolha da temática do trabalho que resulta neste artigo. Discutir cultura é sempre um exercício que nos leva a refletir sobre os homens, as mulheres, seus contextos históricos, mundos imaginários, as relações de poder e as formas em que manifestam a subordinação ou aprovação às formas hegemônicas.

Destaco aqui o conceito de cultura que mais se aproxima de minhas experiências e expectativas em desmitificá-la Clifford Geertz (1989, p.4) interpreta cultura "[...] não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado."

Neste sentido, na busca de significados para a cultura é possível descrever o que se apreendeu nesse caminho a partir do objetivo proposto, ou seja, refletir sobre o caráter educativo compreendendo neste percurso as interrelações entre educação e cultura no governo da Frente Popular no período de duas gestões político-administrativas no município de Chapecó, Santa Catarina (1997-2004).

As reflexões apresentadas sobre os modos como o termo Cultura foi definido por diferentes autores em diferentes contextos históricos, leva-nos a compreender a cultura brasileira como um campo plural e ao mesmo tempo singular. Essa dicotomia pode ser percebida na pluralidade das diferentes etnias que compõe o povo brasileiro; pelos diferentes modos de conceber a vida e a morte; de estabelecer relações como grupos sociais distintos, de como alguns se condicionam à categoria de subalternos, enquanto outros se colocam na categoria de elite; nas relações com o Estado e na singularidade dos pequenos detalhes que compõe esse todo num cenário multifacetado.

Cultura como um espaço de renovação no cenário brasileiro é a proposta dos Centros Populares de Cultura, cuja arte teve como principal característica o engajamento político, como força impulsora de uma “vanguarda aguerrida” que proclama a defesa da cultura brasileira permeada, até então, por tendências estrangeiras (que são representadas nas artes como estilos e movimentos) e teorias classificatórias (definidas por grupos que não levam em conta a formação e a diversidade do povo brasileiro de forma histórica e reflexiva). Os CPC’s reúnem artistas, estudantes intelectuais e políticos – a vanguarda brasileira - no intuito de promover um amplo movimento de conscientização política social e através da arte/cultura nacional-popular.

De uma experiência nascem outras, foi assim com os CACP’s, criados tendo como projeto inspirador os CPC’s, constitui-se no município de Chapecó nos anos 2000, numa dinâmica de participação popular. Teve como sentido orientador a arte como emancipação do indivíduo, tornando-o sujeito, cidadão que

participa construindo o cenário local. Como uma política pública cultural, as atividades dos CACP's são desenvolvidas tendo como sustentação teórica a concepção ideológica da Frente Popular, que prevê a participação do povo na decisão de demandas prioritárias para o desenvolvimento da cidade, através do orçamento participativo que teve como *slogan*: quem participa, decide!

Os CACP's rompem com a tradição do setor cultural inserindo-se nas comunidades como uma proposta popular de descentralização em arte e cultura, de acesso público, tornam-se dentro da esfera municipal principal política na área cultural. As comunidades percebem e apóiam o desenvolvimento das atividades, na participação das plenárias do orçamento participativo, os CACP's são alvo de reivindicações, como proposta aceita pelo povo.

A arte desenvolvida pelos centros ganha caráter de expressão e função de conscientização, revitalizando espaços alternativos nas comunidades, servindo de elo entre o povo e o poder público municipal, configura-se, assim, como popular. O caráter educativo impresso nas linguagens artísticas se expressa em sua concepção teórica dialética e ainda em que pesem as contradições apresentadas nesta pesquisa, contradições percebidas na organicidade do projeto e em seus direcionamentos, nas relações estabelecidas com o governo municipal, os CACP's representam na história cultural do município uma dinâmica de transformação e renovação.

Como política pública municipal cumpre seu papel de promover espaços de discussão, de reconhecimento das formas culturais locais, de interpretação de costumes, trazendo ao cenário cultural as comunidades mais afastadas do centro da cidade e incluindo-as em seu programa de governo.

Vale ressaltar aqui o compromisso com a área da cultura assumido pelo Partido dos Trabalhadores em seu programa de governo: "A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país [...] Trata-se na linha de nossa melhor tradição cultural resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto

é, em diálogo aberto com todo o mundo. É essencial, nessas condições realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo de forma progressiva, o acessos de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de idéias e formas de expressão artística.”(ÍTEM 35 DAS CONCEPÇÕES E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL)

É possível definir que a arte e a cultura se colocam dentro da política de esquerda como negação à arte e cultura como animação ou as belas artes como captura da formalidade, representando um espaço popular de discussão e problematização político-social, o campo cultural se configura como um espaço de possibilidade de consciência e emancipação do povo, que para Antonio Gramsci se comporta como meio para mudança de visão de mundo.

Nascido de uma vontade política de trazer ao cenário local outras formas que não fossem àquelas já desenvolvidas na área cultural, uma dinâmica que imprimisse na comunidade valores culturais democráticos e inclusivos, os CACP's representam para o governo da Frente Popular, em especial para o campo cultural da cidade de Chapecó, um desafio.

Desafios que começam com a compreensão das concepções que os orientaram, pois repetir uma experiência é sempre um processo complexo. Na medida em que se tem a inspiração de movimento de renovação nos CPC's – com a vanguarda (constituída por artistas, intelectuais e políticos) tendo em seu Manifesto do Anteprojeto dos CPC's a 'construção de um regulamento', as discussões e a caracterização de sua arte como popular revolucionária, os CACP's começam a discutir seus pressupostos, objetivos e estrutura organizacional dois anos após o início das atividades, tendo como suporte teórico a proposta da Educação Popular de Paulo Freire, através de educadores da Secretaria Municipal de Educação.

Ainda que não tenha concebido um caráter revolucionário (a exemplo dos CPC's) no campo cultural, é possível verificar ainda que nos anos de 2002 e 2003 os CACP'S participam ativamente das

políticas públicas municipais, com apresentações nas plenárias do orçamento participativo e em mostras realizadas nas comunidades. Percebe-se neste período uma aproximação estreita com o governo municipal, com as concepções definidas pela orientação política, de renovação cultural.

Vale ressaltar que o projeto ganha visibilidade no governo e as discussões, estudos e debates realizados no interior do mesmo denunciam a preocupação da administração cultural em fundamentar e organizar as atividades desenvolvidas pelos CACP's. Porém, os investimentos públicos disponibilizados para este projeto caracterizam-se basicamente pela contratação dos professores, pois os locais das aulas eram disponibilizados pelas comunidades. Ainda que tenham sido projetadas ações para construção de espaços destinados às atividades, não há registros que certifiquem as construções, bem como investimentos públicos para este projeto, na capacitação dos professores, ou investimentos com equipamentos.

As contradições que norteiam esse projeto podem ser entendidas como um processo de dialogicidade. Desde sua criação, caracteriza-se como espaço de discussão, pois tratava-se de um movimento inédito na área cultural do município, como algo novo a ser criado, fundamentado e implementado, necessitava de certo tempo para imprimir na área cultural as concepções que o norteavam, de conscientização ao povo, processo esse interrompido com a perda da Frente Popular nas eleições municipais em 2004.

Notas

* Mestre em Educação. Docente da Celer Faculdades de Xaxim-SC. Coordenadora do Curso de Bacharel em design com Habilitação em Moda – CELER FACULDADES.

¹ Franco (2005) com relação a origem da AC: “[...] a definição dos símbolos, sinais e ‘mensagens de Deus’ marca a primeira tentativa de responder à questão ‘o que esta mensagem significa?’ (sic) no século dezenove, o francês Bourbom (1888-1892) tentou captar a expressão das emoções e das tendências de linguagem. (sic) estava, então, aberto o campo de sistematização da análise de conteúdo das mensagens, seus enunciados, de seus locutores e de seus interlocutores. Dentre as manifestações do comportamento humano, a expressão verbal, seus enunciados e suas mensagens, passam

a ser vistos como indicadores indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas educativas e a de seus componentes psicossociais (p.8).

² Orçamento Participativo (OP) é uma prática governamental reconhecida mundialmente, criada no intuito de submeter o destino de parte dos recursos públicos à consulta pública, através de reuniões comunitárias abertas ao público, nas quais primeiramente são coletadas sugestões, depois votadas as prioridades, e encaminhadas ao governo para que ele atenda à solicitação através de investimento público.

³ “Igrejas, principalmente a igreja católica liderada pelo Bispo D. José Gomes, os sindicatos cutistas, os movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA, a União Brasileira das Mulheres – UBM, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Organizações Estudantis, UMES – União Municipal dos Estudantes, DCE – Diretório Central dos Estudantes da UNOESC, agora UNOCHAPECÓ, o movimento popular das pessoas com necessidades especiais, do qual destaca-se a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, FCD - Chapecó/SC, entre outras” (SANTOS, 2006, p.27).

⁴ Em ofício ao superintendente da Fundação Catarinense de Cultura, Sr. João Nicolau Carvalho, o secretário da Educação e Cultura de Chapecó, Hilton Rovere, faz menção à solenidade de inauguração da escola: “Por ocasião da inauguração da Escola de Belas Artes de Chapecó, no dia 15 de maio de 1980, no Clube recreativo Chapecoense, com a presença do exmo. Sr. Prefeito municipal Milton Sander, outras autoridades e um grande público, tivemos, como ponto alto da solenidade, a apresentação do violonista Eládio José de Souza, que representou condignamente a Fundação Catarinense de Cultura, patrocinadora do nobre espetáculo” (ofício SCPS/093/80-MLB de 1 de junho de 1980.) Durante a década de 90 a Escola institui uma Associação de Pais e Professores – APP como gestora das atividades. A prefeitura municipal de Chapecó contribui com a contratação dos professores e aluguel do espaço físico, e a escola através de recursos providos de mensalidades dos alunos, gerencia despesas de manutenção.

⁵ A escola não possui instalações próprias, isso ocasionou ao longo dos anos várias mudanças de locais para o desenvolvimento das atividades, nem sempre condizentes com o número de alunos e com as atividades desenvolvidas. O ensino técnico-formal e a carência de salas ambientes adequadas geraram na cidade uma demanda por outros espaços de fomento e produção culturais.

⁶ Até 1997, portanto antes do 1º Mandato da Frente Popular, a cultura ficava vinculada, como Departamento específico, à Secretaria Municipal de Educação. Quando a Frente Popular assume, cria-se a Secretaria da Juventude, Esporte, Cultura e Lazer, sendo este departamento transformado em uma diretoria dentro dessa nova Secretaria, ali permanecendo até o início do 2º mandato (2001-2004). Em função da adoção da proposta de educação popular e dos ciclos, pela Secretaria de Educação, a cultura volta a ser um departamento desta Secretaria, posto que já se gestava também o projeto de Centros Artísticos de Cultura Popular, orientada por princípios similares àqueles da educação. Permanece vinculada à educação até 2003, ano de criação da Fundação Municipal de Cultura.

⁷ Conforme consta no Plano de Governo dos Candidatos à Administração Pública Municipal, tinha-se como objetivo: “Ampliar os centros Artísticos de Cultura Popular nas diversas regiões do município, que hoje atendem gratuitamente três mil alunos”.

⁸ Destaco aqui minha participação como coordenadora do projeto CACP’s (função desempenhada no período de março de 2002 a abril de 2004) a convite da Secretaria da Educação, órgão o qual estava lotada como professora de Artes da rede municipal de ensino. A função de coordenação previa a construção na área cultural de uma proposta em consonância com os pressupostos da administração pública, os quais já estavam sendo desenvolvidos em outras secretarias, em especial na área da educação.

⁹ Os professores que atuavam nos CACP’s eram contratados pela Secretaria da Educação, através de edital público, apresentando, além de currículo com habilidade na área pretendida, um projeto apresentando as linhas gerais no desenvolvimento das atividades

artísticas, ou aulas. Os candidatos às vagas eram avaliados pelo currículo (horas de atividade/capacitação) e contratados por 11 meses a contar do início do ano letivo nas escolas municipais, no mês de fevereiro. O professor é contratado em regime temporário para os meses de fevereiro a dezembro, com carga horária de 8h diária, podendo ser contratado de 20 a 40hs semanais. São em sua maioria, portadores de diploma do ensino médio completo e alguns iniciando cursos em nível superior. Ainda é possível verificar que o quadro possui professores sem o nível médio completo, sendo contratados como estagiários, com carga horária de 20h/semanais. Como o recrutamento se dá por edital aberto, é possível verificar também uma certa rotatividade de professores. Alguns dos professores desenvolvem as atividades desde a origem do projeto CACP.

¹⁰ A minha saída da coordenação do CACP se deu neste momento.

¹¹ Não há registros que comprovem algum tipo de destinação de verbas para compra de equipamentos ou materiais para as atividades.

¹² Em relato da experiência realizada pela prefeitura de São Paulo. Cidadania Cultural em Ação – 1989-1992 – Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura, em dezembro de 1992.

Referências

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural o direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cultura & democracia**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Conformismo e resistência**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O Nacional e o popular na cultura brasileira - Seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A voz de Chapecó – artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM – Religiosidades**. Ano 14, nº 13 - Chapecó: Argos, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, Paulo. *Conscientização : teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2005.

_____, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 29. ed. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1996.

FRENTE POPULAR. *Plano de governo (PT/PCdB/PSB/PAN)*. Chapecó-SC.s.d.

GIROUX, Henry. *Escola Crítica e Política Cultural*. 2.ed. São Paulo: Cortez,1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – volume 2*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2004.

HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense – um estudo sobre o poder local, 1945 a 1965*. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. (org) *Partidos, eleições e voto*. Chapecó: Argos, 2003.

HOLLANDA, Heloisa B. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 4 ed. Rio de janeiro : Aeroplano, 2004.

JESUS, Antonio T. De. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. Campinas: Cortez, 1989.

PAIM. Elison A. *Fala professor (a) – o ensino de história em Chapecó, 1970-1990*. Chapecó: Grifos, 1997.

PEIXOTO, Fernando. *Teatro em pedaços*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. *Propostas para cultura esporte e lazer*. Chapecó, SC: SECRETARIA DE ESPORTE CULTURA E LAZER – 1999.

_____. *Plano de ação da cultura 2001-2004*. Chapecó – SC: SEC, 2001.

_____. *Plano plurianual 2002-2005*. Chapecó – SC: SEC, s.d.

_____. Relatório das atividades desenvolvidas no período de março a dezembro de 2002. Chapecó – SC: SEC, 2002.

_____. Centros Artísticos de Cultura Popular – relatório 2003. Chapecó – SC: SEC, 2003.

RENK, Arlene. Narrativas da diferença. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Jairo F. Produção textual: desafios e possibilidades a partir do tema gerador. 130fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Área de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

WERLANG, Alceu A. A colonização do oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2002.

Abstract

The present article approaches the project Artistic Centers of Popular Culture, developed in Chapecó city, Santa Catarina state, created during the administration of Popular Front (1997-2004). It has in its origin the conceptions that guided the Popular Centers of Culture - CPC, constructed in Brazil 50-60 years, had conceived the art who enrollment spaces politician in the construction of national-popular culture. As one generated public politics in the area of culture has in the Secretariat of the Education the theoretical support to the generated artistic activities as awareness instrument. The informations analyzed comes to the official document research of the quantity of the Municipal City hall of Chapecó and had been interpreted through the technique of the Analysis of Content. In the especificity of government in the "Popular Front" the owner popular notion is used, aiming at take conscience to the masses the CACP's if they constitute as central project of the culture in that period.

Keywords: culture, popular culture, awareness.